



O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Declaro iniciada a 6ª reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir o Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Arno Hugo Augustin Filho, que irá discorrer acerca da avaliação do cumprimento de metas do resultado primário do conjunto de orçamento fiscal e da seguridade social do programa de dispêndios globais das empresas estatais federais não-financeiras fixadas para o segundo quadrimestre de 2008, conforme disposto no art. 9º § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico, de acordo com o estabelecido no art. 256 § 2º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que o palestrante disporá de 20 minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser apartado. Conforme estipulado, no art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelarem o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre os assuntos da exposição pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual prazo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo menos prazo.

Vamos proceder da seguinte maneira, como de praxe, depois da fala do Sr. Secretário do Tesouro Nacional: ouviremos todos os Deputados, de forma contínua, e, depois, o nosso Secretário responderá às indagações.

A Mesa, também, está sendo composta pelo Secretário-Adjunto, Sr. Cléber Oliveira, e pelo Secretário-Adjunto do Orçamento Federal, Sr. George Soares.

Está iniciado o debate.

Concedo a palavra ao Sr. Secretário do Tesouro Nacional, Arno Hugo Augustin Filho.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO - Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Presidente da Comissão Mista, Deputado Mendes Ribeiro Filho, e os demais Srs. Deputados presentes. Cumprimento também o Dr. George Soares, Secretário-Adjunto da SOF, o Dr. Cléber de Oliveira, Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional, os trabalhadores da imprensa, as senhoras e os senhores.

O objetivo desta apresentação é cumprir o dispositivo legal, no sentido de mostrar como foi o resultado fiscal no segundo quadrimestre de 2008. Vou



apresentar os resultados do segundo quadrimestre de 2008, mas vou aproveitar a oportunidade para também apresentar os resultados mais recentes, até outubro, uma vez que nós divulgamos, nesta semana, o resultado do Tesouro Nacional, no qual o Banco Central apresenta os resultados consolidados do setor público.

Esses são fatos importantes para a análise do Congresso Nacional.

(Segue-se exibição de imagens.)

A primeira planilha apresenta o previsto no Decreto nº 6.468, de 2008, que é aquele que definia o nosso cronograma de cumprimento dos resultados fiscais; e o definia de forma a obtermos 108 bilhões em resultado primário, o correspondente a 3,8 % do PIB; 81 bilhões do Governo Federal, aí incluindo-se as estatais — dos quais 62,7 bilhões são do Governo Central e 18 bilhões, das estatais.

Esse é o resultado proposto para a meta, para o ano de 2008.

A planilha seguinte apresenta a meta no segundo quadrimestre, pela qual estaremos apresentando os resultados aqui, ou seja, resultados até agosto, sobre o que foi realizado.

A meta no segundo quadrimestre, nos termos do Decreto nº 6.468, era de 54,4 bilhões para o Governo Central e de 10 bilhões para as estatais, correspondendo, portanto, a 64,7 bilhões.

É preciso lembrar que, embora não esteja na LDO como uma meta — ou seja, isso não é uma meta, mas uma definição de política fiscal feita pelo Governo — o Governo, no início deste ano, estabeleceu o objetivo de, além das metas fiscais, cumprir também um primário de 1,5% do PIB, correspondente a 14,2 bilhões, para constituição de uma política anticíclica no País através de um Fundo Soberano. Então, para efeito de demonstração, a meta, considerando essa decisão do Fundo Soberano, é de 68 bilhões para o Governo Central e de 10 bilhões para as estatais federais, totalizando 78,9 bilhões. Nesse período, realizamos 75,7 bilhões de resultado primário do Governo central e de 7 bilhões das estatais, cumprindo, portanto, a meta da LDO (64 bilhões) e também o objetivo de termos um primário a maior em função do Fundo Soberano, uma vez que 82,7 significam já a execução também prevista para o Fundo Soberano.

A próxima planilha apresenta os resultados da dívida pública no período. Aqui estão as variações do segundo quadrimestre. Nesse período, tivemos um



crescimento da dívida pública em relação ao estoque, ao final do primeiro quadrimestre, em 2008, de 1 trilhão e 230 bilhões para 1 trilhão e 235 bilhões. A seguir, nós temos as variações decorrentes da gestão da dívida do Tesouro, com emissão e resgate líquido e juros nominais apropriados no período, no valor de 53 bilhões.

A próxima planilha, a de baixo, apresenta essa mesma comparação com o estoque em relação ao exercício, ou seja, a posição em 31 de dezembro de 2007. Isso significa que o estoque, em 31 de agosto de 2008, de 1 trilhão e 235 bilhões, é semelhante à posição, inclusive um pouco menor, em 31 de dezembro de 2007. Mas é preciso ressaltar que essa política de primário a maior significa também a possibilidade de uma redução da dívida pública. E ela vem ocorrendo. As nossas metas do nosso Plano Anual de Financiamento foram adequadas a essa nova política.

Aqui se trata da Dívida Mobiliária Interna.

A seguir, a Dívida Federal Externa, em que nós temos os estoques, em 31 de abril de 2008, de 99 bilhões, e, em 31 de agosto de 2008, de 96 bilhões. Na comparação com o final do ano passado, estoque de 31 de dezembro de 2007: 108 bilhões; e, em 31 de agosto, 96 bilhões.

A próxima planilha apresenta o resultado da dívida consolidada. Ou seja, nós temos um estoque da dívida total, em 30 de abril de 2008, de 1 trilhão e 330 bilhões, e, em 31 de agosto, de 1 trilhão e 331 bilhões. Ou seja, houve uma variação pequena. E, na comparação com o final do ano passado, ou seja, 31 de dezembro de 2007, temos uma variação de 1 trilhão de 345 bilhões para 1 trilhão e 331 bilhões.

Conforme eu referi, eu queria aproveitar a oportunidade para trazer a esta Comissão alguns resultados mais atualizados, que considero mais importantes.

Primeiro, o resultado primário do setor público acumulado até outubro. Nós estamos com o primário — e estes números foram divulgados esta semana —, em 1 ano, janeiro a outubro de 2008, de 5,6% do PIB.

Como eu referi, além da meta de 3,8%, o Governo definiu a adoção de uma política anticíclica, portanto, com realização de primário a maior, no ano de 2008, de



5% do PIB, o que faz com que o primário previsto seja de pelo menos 4.3% do PIB. Ou seja, 3,8% da LDO mais 0,5% do Fundo Soberano — nós estamos com 5,6%.

Parte desse primário a maior é usual, na medida em que nos primeiros meses do ano o primário ela costuma ser superior ao número dos últimos meses do ano. Mas parte também mostra um movimento forte da economia brasileira neste ano — e ela vem vindo num crescimento forte — e também redução de despesas além da meta prevista. De forma que nós estamos com um primário que é o maior da série, desde de outubro de 2004, no que concerne ao setor público consolidado.

A próxima planilha apresenta esses mesmos resultados em relação ao primário do Governo Central. No caso do Governo Central, é o maior da série: 4,2% do PIB contra, no mesmo período de 2007, 3,01%. Então, esses são resultados importantes, particularmente num momento em que há uma crise internacional, eis que a solidez nas contas fiscais ajudam muito no sentido de que possamos atravessar — e isso já vem auxiliando muito — essa fase de turbulência com mais tranqüilidade.

A próxima planilha apresenta as metas do ano conforme os termos do decreto mais recente, posterior ao quadrimestre que eu havia antes apresentado, e a meta com o Fundo Soberano. A meta do ano, somada com 0,5% a mais do Fundo Soberano, significa 77,6 bilhões. Nós estamos, até outubro, com 95,3 bilhões de resultado primário. Ou seja, um resultado significativo, já superior à meta. Mas isso é usual, normal, na medida em que nós temos, em novembro e dezembro, resultado primário menor. Em geral, dezembro é negativo, inclusive em função do 13º e de sazonalidade de despesas.

A próxima planilha, que eu considero muito importante, apresenta o resultado do déficit nominal do País. O Brasil, historicamente, tem resultado nominal não positivo. Embora se faça superávit primário já há bastante tempo, esse é um resultado ainda não suficiente para que não tenhamos déficit nominal.

A planilha que agora estamos apresentando é o resultado de janeiro a outubro de vários anos. Nela podemos perceber que o País vem de um resultado nominal negativo, a 4% do PIB, em 2003. Foi melhorando esse resultado ao longo do tempo; e hoje, de janeiro a outubro, nós estamos com um resultado nominal excepcionalmente positivo, qual seja, apenas 0,08% de déficit nominal.



Eu queria chamar a atenção para o fato de que o Governo vem falando da possibilidade de nós termos até 2010 déficit nominal zerado, o que seria uma conquista fiscal histórica importante. No início, quando começamos a colocar essa questão na vida do País, muitos duvidavam da viabilidade disso. E o que nós temos verificado é uma melhoria das contas fiscais muito forte, o que permite que esse objetivo possa ser reavaliado como objetivo perfeitamente factível e para o qual estamos caminhando.

A próxima planilha apresenta o resultado nominal apenas do Governo central, não do setor público consolidado. E por ele verificamos que, em 2008, de janeiro a outubro, nós temos resultado nominal positivo — superávit nominal. Isso é um fato bastante importante. É o melhor resultado desde o início da série, desde 1991, quando essa série começou a ser feita; e é uma inovação no sentido de que as contas fiscais brasileiras estão apresentando resultados ótimos. Ou seja, saímos de um resultado nominal negativo, no caso do Governo central, de 13% do PIB, em 2003, para, no período de janeiro a outubro de 2008, um resultado positivo de 7% do PIB.

A próxima planilha apresenta o resultado fiscal em 9 meses. Vemos que o setor público está consolidado. O Brasil está, nessa série de 12 meses, com um resultado, em outubro, de 1,1% de déficit nominal. É também o melhor resultado da série.

Como se pode perceber na planilha, nós, em 1998, por exemplo, tivemos um resultado nominal negativo de 6,97% do PIB, quase 7%, e agora estamos, na série em 12 meses, com resultado nominal negativo de apenas 1,1%. Ou seja, nós estamos caminhando de forma segura para o zeramento do déficit nominal.

Aqui há uma questão importante para a avaliação dos senhores, que é o resultado da Previdência, um dos motivos fortes de melhoria fiscal. Nós tivemos, em 2007, um déficit da Previdência de 1,83% do PIB — e esse já foi um déficit levemente menor do que o de 2006. Em 2008 — nós estamos falando do período janeiro a outubro, que é o que estamos apresentando aqui — houve um déficit da Previdência da ordem de 1,42% do PIB. Isso significa que o déficit da Previdência caiu 0,4% do PIB. Algo extraordinariamente positivo e importante porque se trata de uma despesa que melhorou, em função das melhorias na economia, maior



formalização, maior crescimento econômico e melhoria de eficiência, tanto na arrecadação, com a unificação da arrecadação na Receita Federal, quanto na despesa, com melhorias na fiscalização da despesa previdenciária. De forma que temos este extraordinário resultado: uma queda de 0,4% do PIB nesse período.

Por fim, eu queria apresentar o resultado, janeiro a outubro, em relação ao PIB nominal, mostrando como se construíram esses resultados fiscais positivos. É usual alguns analistas atribuírem isso exclusivamente à melhoria de receitas. As receitas foram fundamentais para isso, mas há uma contribuição importante de redução de despesa. Nós tivemos uma despesa em relação ao PIB nominal, no ano de 2008, crescendo menos; ou seja, houve uma queda da despesa em relação ao PIB nominal de 1,5%. E isso é um resultado importante, positivo, uma novidade nas contas públicas do País.

Aqui chamo a atenção também para alguns indicadores, e um deles é o de pessoal. A queda, no caso de pessoal, foi de 2.3% em relação ao PIB nominal, no período janeiro a outubro, o que mostra, portanto, que o País vem melhorando a sua situação fiscal sem que despesas continuadas, como é o caso das com pessoal, estejam se colocando num patamar inadmissível. Não é verdadeira a análise que às vezes a gente ouve de que estaria havendo um grande aumento do gasto com pessoal, com efeitos de médio e longo prazo inadmissíveis. Isso não está ocorrendo. O que o quadro mostra é uma queda inclusive da despesa de pessoal em relação ao PIB nominal.

E, por último, o dado que considero mais importante e significativo, a relação da despesa pública entre despesa e capital. Nós temos aqui uma queda da despesa de custeio de 1,9% em relação ao PIB nominal; e tivemos um crescimento da despesa de capital, nesse período, de 24,7% em relação ao PIB nominal. Ou seja, o País está investindo mais e tendo uma redução da sua despesa de custeio. Considero isso importante. Acho que é um indicador de melhoria do gasto, da qualidade do gasto, o que ajudará muito o Brasil neste momento de turbulência internacional, neste momento em que é necessário manter o crescimento econômico.



As despesas do PAC estão ocorrendo conforme o previsto. E esse avanço no investimento, tenho certeza, vai auxiliar o País a sair bem desse momento internacional difícil.

Era isso, Deputados. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Eu queria agradecer ao Secretário Arno Hugo Augustin Filho e pedir que toda a fala do Sr. Secretário do Tesouro seja encaminhada aos gabinetes dos Deputados, membros desta Comissão.

Saúdo a presença do Relator-Geral, Senador Delcídio Amaral, e do Deputado Carlito Merss. Santa Catarina vem passando por uma das maiores tragédias já vividas por algum Estado brasileiro. E o Deputado Carlito Merss, que é o futuro Prefeito de um dos Municípios mais atingidos...

O SR. SENADOR DELCÍDIO AMARAL - ...e mais importantes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - ...e mais importantes porque S.Exa. vai ser o Prefeito, Senador Delcídio.

O SR. SENADOR DELCÍDIO AMARAL - Não, é porque é a maior cidade do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - É verdade. Mas também porque S.Exa. será o Prefeito. O Secretário e o Prefeito, Deputado Carlito Merss estão presentes, Relator do Orçamento na área da infra-estrutura... Vejam a responsabilidade do Deputado Carlito Merss!

Esta Comissão, Secretário, estará, a partir de quinta-feira à noite, se deslocando — eu, o Senador Delcídio Amaral e S.Exa. — justamente para verificar *in loco*, como fez o Presidente, aquilo que precisa ser feito para ajudar aquele Estado.

O primeiro orador inscrito é o Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, comentava com alguns Deputados que a vinda do Secretário Arno, assim como a vinda do Presidente do Banco Central ontem, faz parte de uma luta histórica pela transparência das prestações de contas quadrimestrais. É óbvio que não há muito clima para avançarmos muito nesse relatório. Claro que me chama muito a atenção algo que a mídia brasileira não gosta de divulgar. Mas fala-se da redução do déficit



da Previdência de forma incontestável. E alguns números, de certa forma, como também foi observado ontem pelo Presidente do Banco Central, nos colocam no patamar de enfrentamento dessa crise internacional de forma muito mais soberana, mesmo ainda que o Fundo Soberano não esteja surtindo efeito. Mas eu diria que isso é um avanço.

É óbvio, Secretário Arno, que nossa cabeça está em outros locais. Também estou aqui em virtude de ser o Relator na área de infra-estrutura, ainda verificando os últimos detalhes, como emendas e modificações que possamos fazer. Mas acho que a sugestão do Deputado Mendes é correta: que esse relatório seja entregue a todos os membros da Comissão. Com certeza, esses são números que nos dão garantia de que este País, hoje, tem estabilidade, repito, para enfrentar uma crise como a que estamos enfrentando há mais de ano — esta crise do capitalismo global já tem mais de ano. E, realmente, esses números mostrados aqui — que vêm de um trabalho, de uma postura, digo sim, dos quase 6 anos do Governo Lula, e também anteriormente, quando se decidiu republicaneamente que teríamos responsabilidade fiscal, mais transparência nas contas públicas — nos deixam tranquilos; inclusive para nós, o Relator Setorial e o Relator-Geral, já que teremos nas próximas semanas de tomar decisões sobre o Orçamento.

Fico agradecido, Sr. Presidente, Deputado Mendes, mais uma vez, pela solidariedade. Quero dizer que em minha cidade não houve muitas mortes. Tenho relatório completo da Defesa Civil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Quantos já no total?

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Mais de 100, com certeza, porque agora, em alguns locais, principalmente na região de Blumenau, Jaraguá do Sul, Brusque e Itajaí... Sobre a cidade de Itajaí, não sei se todos conhecem a sua geografia, lá acaba sendo o afunilamento de 3 rios, não só do Rio Itajaí-Açu, que corta a cidade de Blumenau, mas também de outros 2 rios que acabam confluindo naquela região. Por isso esse desespero da cidade, porque a água, além de tudo, está baixando muito devagar. Na verdade, mais de 80% da cidade ficou alagada. E mais: a informação que obtivemos ontem com o Prefeito Volnei Morastoni é de que o Porto de Itajaí, o segundo maior porto de transporte, principalmente de congelados (praticamente toda nossa produção de frangos, suínos é transportada pelo Porto de



Itajaí), dos 4 berços 3, com certeza, foram danificados de forma violenta — e um deles provavelmente terá que sofrer total recuperação. Isso significa, pelo que conhecemos daquele setor, que essa recuperação levará de 6 meses a 1 ano, praticamente. Esse é o problema principal, pois 70% da economia da cidade de Itajaí depende do porto. Realmente, é uma situação grave. O próprio Presidente Lula, na visita que fez ontem, *in loco*, viu que esse foi o maior incidente ambiental no período.

Nós de Santa Catarina — o Brasil sabe disso, principalmente a cidade de Blumenau — já sofremos muitas enchentes. Pelo menos nos últimos 30 anos houve 2 grandes enchentes, a maior delas em 1983. Mas esta superou a todas, porque, além da chuva, tivemos outro problema. Durante 3 meses seguidos a região sofreu muito com as chuvas, o que ocasionou muitos desmoronamentos. E as imagens da imprensa mostram que não são somente bairros periféricos; hoje, a área central, inclusive, está sofrendo com desmoronamento de casas de padrão classe A. É realmente um problema grave que vai trazer problemas muito grandes.

Claro, sabemos da responsabilidade, pelo menos essa tem sido a tônica...

Aliás, esta já é minha despedida aqui. A partir de janeiro já estarei na cidade de Joinville, que, repito, não sofreu tanto com mortes, mas cujos problemas ambientais ocasionados com a perda de casas e muita gente desabrigada também são de muita preocupação em nossa cidade.

Vendo esses números aqui, ficamos felizes, porque a medida provisória assinada, e com certeza muitas ações que esta Casa fará, não só a Comissão, o mais urgentemente possível, vêm para recuperar o nosso Estado.

Ficamos agradecidos.

Acho que o relatório que o Secretário nos traz é importante. Podemos, eventualmente, ainda aprofundá-lo, mas acho que não haja mais um espaço tão grande aqui para questionamento dos números, em virtude deste momento especial que estamos vivendo.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Obrigado. Deputado. Colbert Martins, por favor.



O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, de forma breve, também quero elogiar a equipe econômica, que aqui traz o cumprimento das metas com as quais nos comprometemos nas suas várias facetas. A questão da redução do déficit da Previdência me chama atenção também porque é importante que seja cada vez mais reduzido. Acho que os números apresentados aqui mostram o equilíbrio das contas, o que neste momento é importante para enfrentarmos esta crise.

Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. e o Relator, que amanhã se deslocam para uma região atingida pelas enchentes e que vive todas as dificuldades. Acho de extrema sensibilidade que a Comissão não fique apenas nos relatórios, muito menos nos papéis. Vamos também diretamente verificar os problemas. Quem sabe, a Comissão de lá, V.Exa. e o Relator, possa nos trazer sugestões para que foquemos melhor essa região, que, sei, efetivamente precisa de mais.

Sr. Presidente, cumprimento V.Exa., que nesta Presidência tem conduzido a Comissão além dos limites de uma simples confecção de orçamento, mas tocando muito mais a vida dos cidadãos brasileiros. De toda sorte, V.Exa. esteve em quase todos os Estados, e, neste momento, vai a um Estado que, por sofrimento, precisa de muito mais. Cumprimento V.Exa. e me sinto incorporado a essa missão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço a V.Exa.

Ainda chove em Santa Catarina? É essa a informação que se tem.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - É. Essa noite choveu novamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Dizem que só pára de chover na sexta-feira.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - É essa a informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Vamos visitar o Estado na outra sexta-feira. Se V.Exa. quiser, Deputado Colbert Martins, podemos ir na próxima sexta-feira. O Senador Delcídio Amaral vai comandar a missão; eu vou mais como assessor de S.Exa. Chegaremos lá sexta-feira que vem.

O SR. SENADOR DELCÍDIO AMARAL - Eu vou sob o comando de V.Exa.!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Vamos tentar ajudar o Deputado Carlito Merss.

O SR. SENADOR DELCÍDIO AMARAL - Com certeza absoluta!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Até porque na sexta-feira a chuva pára. Parece que é uma chuva do mar que ficou presa sobre Santa Catarina, e somente lá.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - É algo estranho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Nunca houve isso, conforme estive falando com a Defesa Civil do Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Joinville fica a 100 quilômetros de Curitiba. Nos últimos 15 dias, praticamente não choveu em Curitiba. A cidade de São Bento do Sul fica cerca de 80 quilômetros de Joinville, onde existe a Serra do Mar. A informação técnica que nos passaram é de que há realmente esse fator climático, em que atuam os ventos e a barreira...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - É chuva de mar. Então, imaginem, chuva do mar!

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - A barreira da Serra do Mar faz com que o vento, com muita rapidez, atinja as nuvens, num raio entre Florianópolis e Joinville, de 200 quilômetros, e a chuva se mantém aí nesse período. Realmente, é um fator climático, segundo os especialistas, inédito. Porto Alegre mesmo, porque estive na sexta-feira em Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Vacaria também nada. Toda a região...

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Nada além dos 200 quilômetros desse raio. E uma chuva realmente...

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - O Deputado já se transformou num cientista meteorológico!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - E sem querer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - É um verdadeiro meteorologista!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - É verdade.

Quero agradecer a presença do Secretário Arno Hugo Augustin Filho. Deixo-lhe a palavra à disposição para qualquer manifestação, dizendo que é uma honra poder recebê-lo e é uma honra poder constatar que realmente os números brasileiros nos orgulham de tal forma que ontem, pela exposição do Ministro



Henrique Meirelles, soubemos que a menor previsão de queda do PIB de todos os países pelo FMI é a do Brasil. E isso nos enche de satisfação!

Concedo a palavra ao Secretário Arno Augustin para suas despedidas.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO - Agradeço a possibilidade de apresentar ao Congresso a nossa situação fiscal. E aqui não poderia deixar de registrar também a nossa solidariedade com Santa Catarina. O Governo Federal — e o Presidente já anunciou isto ontem — estará participando dos esforços para a reconstrução, para minorar as conseqüências desse evento. Nós estivemos ontem ainda com a Secretaria do Estado, e já estamos traçando um conjunto de ações, além das ações objetivas, no sentido de melhorar a situação fiscal do Estado, para que ele possa enfrentar essa situação. E essa é uma tarefa de todos nós brasileiros. Eu e o Deputado Mendes somos vizinhos de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Inclusive apreciamos o nosso litoral.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO - E esperamos ter o menor nível de danos possível nessa tragédia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradecendo a presença de todos, dou por encerrada a audiência pública, comunicando que imediatamente darei início à reunião da Comissão de Orçamento, para continuarmos votando as emendas do Comitê de Admissibilidade.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.